

COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS

Estudo Técnico Preliminar 36/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64286.005349/2026-17

2. Descrição da necessidade

2.1. A recarga dos extintores é uma prática essencial para a segurança do patrimônio, das instalações e do pessoal do Comando do Comando Militar do Sul.possui como OMDs (Organizações Militares diretamente subordinadas), sem autonomia administrativa: Quartel General - CMS. **Com Dispensa de licitação**

Nesse contexto, é necessário adquirir extintores adequados para diferentes tipos de riscos, como incêndios causados por materiais inflamáveis, elétricos ou químicos (Classes "A", "ABC", CO2, Água pressurizada e "BC"). Os extintores devem ser recarregados para atender às normas de segurança aplicáveis, garantindo sua eficácia em qualquer situação em que seu uso seja necessário.

Além disso, deve-se considerar a capacidade e a durabilidade dos extintores, bem como a necessidade de suportes e sinalizações adequadas para sua instalação em locais estratégicos.

2.2. Além dos extintores, é necessário adquirir materiais complementares que aprimorem a eficácia dos mesmos, auxiliando no combate ao fogo, na organização dos espaços e na identificação dos itens mencionados. Entre esses materiais, destacam-se abafadores, suportes e placas de sinalização fotoluminescentes. Assim, é essencial garantir o fornecimento desses materiais complementares, sempre atendendo às normas de segurança e qualidade.

2.3. A recarga periódica dos extintores nas classes "A", "ABC", CO2, Água pressurizada e "BC"). é fundamental para manter sua eficácia ao longo dos anos. O serviço de recarga deve ser realizado por profissionais qualificados e experientes, garantindo que os extintores sejam recarregados corretamente, testados, certificados e, se necessário, substituídos. Além disso, deve-se observar a capacidade de cada extintor já instalado: 10 (dez) litros para a classe "A" e 4 (quatro), 6 (seis), 8 (oito) e 12 (doze) quilogramas para as classes "ABC" e "BC" e 6kg para CO2, considerando que a necessidade de recarga não implique na substituição total do extintor.

2.4. O serviço de recarga de extintores de incêndio deve ser realizado anualmente, conforme o prazo de validade expresso nos cilindros, e de acordo com a Norma Brasileira NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como pelo Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, instituído pela PORTARIA nº 58, de 16 de fevereiro de 2022, do INMETRO.

2.4.1. Esses serviços caracterizam-se como de natureza continuada, uma vez que são essenciais para a administração no desempenho de suas atribuições. Caso interrompidos, podem comprometer a continuidade das atividades da instituição.

2.4.2. A ausência desses serviços pode acarretar o agravamento de incidentes ou acidentes, resultando em perdas diretas e indiretas relacionadas ao desenvolvimento das atividades institucionais.

2.4.3. Por se tratar de um serviço comum, a contratação será feita por meio de pregão eletrônico SRP, com pessoa jurídica especializada em recarga e manutenção de extintores de incêndio de 2º e 3º nível, incluindo a substituição de peças quando necessário, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Auxiliar do Cmt do QG	Rogério Telles de Lima
Cmt do QG	GILMAR RAMOS BRAGA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa que participar do processo de dispensa de Licitação deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da dispensa de licitação.

Será exigido que apresente prova de capacidade técnica, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de entrega de extintores ou de recarga de extintores de incêndio, com características semelhantes ao objeto licitado.

4.1.2. A empresa também deverá apresentar o Registro da Declaração de Conformidade do Fornecedor -

Empresa de Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores, expedido pelo INMETRO, bem como o comprovante de cadastro junto ao Corpo de Bombeiros Militar.

4.2. O prazo máximo para a execução dos serviços de recarga será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da retirada da unidade administrativa.

4.3. O recebimento provisório, para posterior verificação da conformidade dos extintores de incêndio e acessórios com as exigências constantes no Termo de Referência, ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos.

4.3.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de efetivação do recebimento provisório.

4.4. Caso seja necessária a substituição de equipamento, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para executá-la, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser enviada por correio eletrônico, para a adoção das medidas corretivas.

4.5. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura do respectivo termo ou de outra data determinada pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado por iguais períodos, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. A garantia mínima de peças e da validade dos serviços de recarga será de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

4.7. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, em até 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente do Comando Militar do Sul, embora o pagamento possa ser realizado antes desse prazo.

4.8. A nota fiscal/fatura dos serviços realizados deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

4.8.1. a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN);

4.8.2. b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

4.8.3. c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com Efeito de Negativa.

4.8.5. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I (§4º do art. 36 da IN nº 2/2008 – MPOG e Acórdão TCU 1047/2003 Plenário), onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, apurado da seguinte forma:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = (TX/100) = (6/100) = 0,00016438 (considerando 365 dias no ano).

4.9. O preço dos serviços será reajustado a cada 12 (doze) meses, com base na variação acumulada nos últimos 12 (doze) meses pelo IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. A contratada poderá solicitar o reajuste de preços a cada 12 meses, devendo o pedido ser feito entre 15 dias antes e 15 dias após o término de cada período de 12 meses. Caso não o faça dentro desse período, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste.

4.10. Durante o período de prorrogação contratual, caso o fiscal envie expediente à empresa para manifestação, a contratada deverá informar seu interesse em manter o contrato com a aplicação de reajuste, para que seja inserido no termo aditivo. Caso não manifeste interesse, presumir-se-á que a contratada renunciou tacitamente ao direito de reajuste, configurando a preclusão lógica do direito.

4.11. As alterações decorrentes de reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Instrução Normativa nº 05 de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 24, Inciso VI, define a necessidade de realização de pesquisa de preços ou a indicação de preços referenciais nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios. Dessa forma, foram feitas pesquisas junto ao site Banco de Preços com o propósito da verificação das cotações com o mesmo objeto.

5.2. O objeto a ser contratado está previsto no Plano Anual de Contratações, assim vislumbra a realização de processo licitatório por meio de Sistema de Registro de Preço – SRP, através de pregão eletrônico em conformidade com a Lei 14133/2021, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto desta dispensa de licitação refere à recarga de extintores, e contratação de serviço de recarga de extintores, destinando-se a mobiliar as guarnições pertencentes o do Comando do Comando Militar do Sul, possui como OMDS (Organizações Militares diretamente subordinadas), sem autonomia administrativa: CMS, viabilizando assim uma maior segurança do erário e do pessoal pertencente a esses aquartelamentos

A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

6.2. São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos; e

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. São obrigações da Contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. Da logística reversa:

a) E de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada das embalagens e dos materiais após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação às embalagens e materiais após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração;

c) Os materiais utilizados na embalagem do produto ofertado deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantidades para aquisição dos itens e contratação dos serviços supracitados tem como base a Instrução Geral 10-15, em que são orientados diversas práticas preventivas e combativas com relação a possíveis incêndios.

7.1.2. Também toma-se como referência o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio do Comando do Comando Militar do Sul, no seu caso particular. foram calculados os quantitativos necessários para suprir as manutenções previstas.

7.1.3. Esta equipe enumerou, ainda, mais itens que possam interessar outras guarnições, com o intuito de satisfazer quaisquer demandas CMDO CMS, a qual está subordinada, que possam vir a acontecer, contribuindo, assim, para a segurança de sua Grande Unidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.198,00

Item	Objeto	Und.	Qtd.	Valor Unit	Valor Total
1	Recarga de extintor de água pressurizada, peso 10 litros.	Und	02	R\$ 33,00	R\$ 66,00
2	Recarga de extintor PSQ - BC, peso 4 kg.	Und	12	R\$ 49,00	R\$ 588,00
3	Recarga de Extintor PSQ - ABC, peso 8 kg.	Und	6	R\$ 53,00	R\$ 318,00

4	Recarga de extintor PSQ - BC peso 8 kg.	Und	2	R\$ 79,00	R\$ 158,00
5	Recarga de extintor PSQ - BC, peso 12kg.	Und	2	R\$ 79,00	R\$ 158,00
6	Recarga de extintor PSQ - CO2, peso 6 kg.	Und	2	R\$ 110,00	R\$ 220,00
7	Teste Hidrantes e mangueiras 1. 1/2 x 15M	Und	30	R\$ 23,00	R\$ 690,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, o objeto deverá ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU).

9.2. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.3. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, sendo vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto em itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços em comento serão contratados de forma independente. **Dispensa de Licitação.**

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Recarga dos extintores do Complexo do Comando Militar do Sul, que venceram em maio do corrente ano e não ter pregão vigente, para atender ao PPCI, do QG CMS e prédios adjacentes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A dispensa de licitação, visa atender a legislação vigente quanto a aquisição de materiais preventivos de segurança contra incêndio e emergência de uso coletivo e adequar, consequentemente, os equipamentos instalados no Comando do Comando Militar do Sul, como também atender a validade da recarga dos extintores e proporcionar condições de segurança contra incêndio e pânico aos ocupantes das edificações e áreas de risco, possibilitando a desocupação segura e evitar perdas patrimoniais, ambientais e humanas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação das instalações atuais para a instalação dos equipamentos bem como não haverá o remanejamento dos equipamentos dos pontos atuais em que estão localizados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa que prestará o serviço de recarga, deverá comprovar que realiza o descarte adequado, ecologicamente correto, dos cilindros e demais materiais descartados, observando o disposto na Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional, no que couber, e nas normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Recarga dos extintores do Complexo do Comando Militar do Sul, que venceram em maio do corrente ano e não ter pregão vigente, para atender ao PPCI, do QG CMS e prédios adjacentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **GILMAR RAMOS BRAGA**
Data: 24/04/2026 11:11:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GILMAR RAMOS BRAGA

Agente de contratação